



REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº _____ 2021

Requer o comparecimento do Ministro de Estado da Defesa, Sr. Walter Souza Braga Netto, para prestar os devidos esclarecimento sobre a troca dos três comandantes das Forças Armadas, além da Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964, que visa celebrar o Golpe Militar ocorrido na data.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 117, II e 219, I, do Regimento Interno, assim como da Resolução da Câmara nº 14/2020, requeremos ao Plenário da Câmara dos Deputados a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Sr. Walter Souza Braga Netto, para prestar os devidos esclarecimento sobre a troca dos três comandantes das Forças Armadas, além da Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964, que visa celebrar o Golpe Militar ocorrido na data.

JUSTIFICATIVA

1. Ontem, 29 de março de 2021, houve uma contundente reforma ministerial por parte do Governo de Jair Bolsonaro, com modificação de seis pastas ministeriais.
2. A mudança no comando dos ministérios é algo corriqueiro nas democracias. Contudo, a mudança no comando do Ministério da Defesa chamou a atenção dos mais diversos setores da sociedade brasileira.





3. Com a saída do ex-Ministro Fernando Azevedo e Silva, os três comandantes das Forças Armadas brasileiras entregaram seus cargos: Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica). Tal fato ocorreu pela primeira vez na história do país, em que os comandantes das Forças Armadas pediram demissão dos seus cargos por discordância com o Presidente da República¹.

4. A demissão coletiva ocorreu em razão da demissão sumária do Gal. da reserva Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa. O Presidente da República pressionou o ministro demitido para alinhar as FFAA com a defesa política do governo e o apoio a medidas contra o isolamento social na pandemia.

5. As Forças Armadas não são órgãos de Governo, mas sim órgãos de Estado. Devem respeitar a Constituição Federal de 1988 e os ditames de um Estado Democrático de Direito. A política partidária deve ficar longe dos quartéis. Por exemplo, o ex-Comandante do Exército, Gal. Pujol, defendeu a distância entre as Forças Armadas e a política partidária, e tratou a Covid-19 como o maior desafio de sua geração², demonstrando autonomia em face do Presidente da República.

6. Para o Ministério da Defesa foi escolhido o Gal. Braga Netto, ex-Ministro da Casa-Civil. Um dos seus primeiros atos à frente do ministério foi publicar a Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964³.

7. No ato supracitado, o novo Ministro da Defesa faz uma evidente defesa do Golpe Militar ocorrido no país 57 anos atrás. Segue a íntegra da Ordem do Dia tratada em tela:

MINISTÉRIO DA DEFESA
Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964

Brasília, DF, 31 de março de 2021

Eventos ocorridos há 57 anos, assim como todo acontecimento

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/comandantes-das-forcas-armadas-pedem-demissao-em-protesto-contra-bolsonaro.shtml>. Acessado em: 30 de março de 2021.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/30/edson-pujol-frases.ghtml>. Acessado em: 30 de março de 2021.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>. Acessado em: 30 de março de 2021.





histórico, só podem ser compreendidos a partir do contexto da época.

O século XX foi marcado por dois grandes conflitos bélicos mundiais e pela expansão de ideologias totalitárias, com importantes repercussões em todos os países.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo, contando com a significativa participação do Brasil, havia derrotado o nazi-fascismo. O mapa geopolítico internacional foi reconfigurado e novos vetores de força disputavam espaço e influência.

A Guerra Fria envolveu a América Latina, trazendo ao Brasil um cenário de inseguranças com grave instabilidade política, social e econômica. Havia ameaça real à paz e à democracia.

Os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964.

As Forças Armadas acabaram assumindo a responsabilidade de pacificar o País, enfrentando os desgastes para reorganizá-lo e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos.

Em 1979, a Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional, consolidou um amplo pacto de pacificação a partir das convergências próprias da democracia. Foi uma transição sólida, enriquecida com a maturidade do aprendizado coletivo. O País multiplicou suas capacidades e mudou de estatura.

O cenário geopolítico atual apresenta novos desafios, como questões ambientais, ameaças cibernéticas, segurança alimentar e pandemias. As Forças Armadas estão presentes, na linha de frente, protegendo a população.

A Marinha, o Exército e a Força Aérea acompanham as mudanças, conscientes de sua missão constitucional de defender a Pátria, garantir os Poderes constitucionais, e seguros de que a harmonia e o equilíbrio entre esses Poderes preservarão a paz e a estabilidade em nosso País.

O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro de Estado da Defesa





8. Como pode ser visto, há uma evidente celebração de um dos eventos mais tristes da história do Brasil. O Ministro da Defesa afirma no documento que: “Os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964”.

9. E finaliza proferindo a seguinte declaração: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março.”

10. Ocorre que o atual Ministro da Defesa não citou o Ato Institucional nº 05 (AI5), decretado em 13 de dezembro de 1968. Lembra-se que parlamentares brasileiros tiveram seus mandatos cassados – em alguns casos pagando com a própria vida. Diversas pessoas foram torturadas e mortas. Cerceou-se a imprensa com a censura prévia do regime.

11. Não há o que ser celebrado com a Ditadura Militar. Foram 21 anos em que o povo brasileiro não pode exercer seus direitos políticos de forma plena.

12. Por todo o exposto, é urgente que o Ministro da Defesa preste os esclarecimentos necessários perante esta Casa e, por isso, requeremos aos nobres pares a aprovação desta convocação.

Brasília, 31 de março de 2021.

Respeitosamente,


Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

